

Veze e voz às crianças!



Helena Pires Richter, 9 anos

EDITORIAL

ALFABETIZAR CRIANÇA PEQUENA?

Por Neire Márcia da Cunha

Discussões em relação à idade em que se deve iniciar o processo de alfabetização das crianças fazem parte das preocupações dos professores da Educação Infantil em nosso país. A indecisão em relação a quais atividades desenvolver com as crianças pequenas no processo de alfabetização tem sido um desafio para esses profissionais.

Essas discussões são de suma importância, porque, de um lado, temos políticas públicas que propõem uma antecipação da escolarização na Educação Infantil e, de outro, estudos que recomendam formas de aprendizagem próprias da pequena infância como a atividade lúdica, a prática de linguagens plásticas, a comunicação das e entre as crianças.

Entendo que o desenvolvimento dos pequenos não se dá por meio de um processo que descaracteriza a infância e antecipa pré-escola e ensino fundamental. Ao contrário, devemos possibilitar a formação das bases favoráveis ao desenvolvimento da inteligência e da personalidade.

Estudos realizados na perspectiva histórico-cultural nos fazem compreender que a organização dos tempos e dos espaços na Educação Infantil deve estar voltada para atividades que enriqueçam e potencializem o processo de humanização das crianças. Em atividades como

a brincadeira de faz de conta, por exemplo, os pequenos percebem, interpretam e compreendem os papéis sociais e, ao mesmo tempo, desenvolvem os sentimentos, a atenção, o pensamento, a linguagem, dentre outras funções importantes para seu desenvolvimento. Nas brincadeiras, eles ampliam seus conhecimentos, aprendem valores e exercitam o controle de sua vontade e conduta.

Harmonizados na ideia de que a infância é um direito inalienável da criança, avançam as temáticas discutidas nas seções dirigidas aos professores da escola da infância. Neste boletim, a seção De Professor para Professor analisa a alfabetização ou não na Educação Infantil e aborda práticas pedagógicas que envolvem a linguagem escrita. A seção Eu faço assim mostra as vivências de bebês e de crianças na biblioteca da Escola Zacarias Pereira da Silva, que atende crianças de 0 a 3 anos, na rede pública de Uberlândia – MG.

Os leitores e as leitoras deste Boletim poderão vislumbrar possibilidades de educação de crianças na Educação Infantil em que sejam respeitados a infância, o seu desenvolvimento, as necessidades e os desejos dos pequenos. Ao mesmo tempo, há lugar para reflexões a respeito do trabalho docente no processo de humanização dessas crianças.

DE PROFESSOR PARA PROFESSOR

ALFABETIZAR OU NÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL, EIS A QUESTÃO

Por Fernanda Duarte Araújo Silva

Inspirada na fala de Hamlet (*to be or not to be*), me proponho abordar uma discussão que tem assombrado o cotidiano das profissionais da Educação Infantil: devemos ou não iniciar o processo de alfabetização nessa etapa de ensino?

Longe de pretender dar uma resposta objetiva “sim” ou “não”, abordarei algumas nuances que incidem de forma direta ou indireta nas práticas que envolvem o trabalho com a escrita. Para tanto, precisamos definir inicialmente de que forma a concebemos. Ela pode ser pensada como uma técnica, que deve ser treinada e memorizada pelas crianças, prática costumadamente experienciada em muitas instituições; ou como um sistema complexo, uma forma de linguagem que possibilita o desenvolvimento das funções psíquicas. Nesta última perspectiva, ela é compreendida como um instrumento da cultura humana que contribui para humanização dos indivíduos. Considerando essa opção, a pergunta “Alfabetizar ou não na Educação Infantil” precisa ser reformulada.

A linguagem é compreendida nessa linha como constitutiva dos atos e condutas humanas, mas para que a escrita seja compreendida dessa forma, é necessário que seja abordada como uma atividade que envolva todos os sujeitos, crianças e adultos, em práticas sociais que façam sentido.

Assim, a questão se devemos ou não alfabetizar na Educação Infantil não está sob a responsabilidade única da professora, afinal, desde o nascimento as crianças devem estar envolvidas no processo de apropriação cultural do mundo em que vivem.

A pergunta deveria ser: temos propiciado experiências nas quais as crianças percebam e sintam a necessidade de inserir essa forma de linguagem (a escrita) em suas relações cotidianas?

Percebemos, então, que, na escola, não basta fazer com que as crianças façam pontilhados ou liguem letras. A alfabetização não é uma mecânica, porque ela transforma os modos como nos expressamos, nos relacionamos e enxergamos o mundo.

Esse aprender a olhar o mundo não possui data ou período específico para ter início. Desde as primeiras relações sociais, os bebês e as crianças estão em processo de descoberta do mundo e do desenvolvimento da linguagem, e é por meio dela que se relacionam e se constituem.

É importante destacar que as crianças não são sujeitos passivos que recebem uma língua pronta e se adaptam a ela. No processo de apropriação cultural elas são ativas e, como destaca Bakhtin (2004), ao nascer elas penetram na corrente das trocas e interações verbais, assim vão construindo a consciência das diversas formas de interações e linguagens.

Nessa linha, concordamos com Mello (2012) ao afirmar que dificultamos o processo de apropriação da escrita quando propomos que a ênfase do trabalho seja no ensino de letras e sons desconectados da vida. A função da professora, em seu trabalho com a criança da Educação Infantil, deve ser orientá-la na formação de atitudes leitoras e escritoras, só assim ela atribuirá sentido ao que aprende. A necessidade da escrita não surgirá de forma espontânea pela criança, mas a partir de trabalhos planejados e organizados pelas profissionais das instituições educativas.

Uma das possibilidades para que as crianças compreendam a escrita e suas diversas formas de organização e funções sociais é partir de um dos princípios abordados por Bakhtin (2004): a interação verbal. Não fazem sentido tarefas escolares que estejam fora do processo dialógico; e os enunciados só existem quando abordados no contexto em que foram criados.

Essa concepção se contrapõe à ideia tradicional de que, para ter acesso à leitura e escrita a partir dos diferentes gêneros, é necessário primeiro o ensino do código alfabético: são ensinadas as vogais, consoantes simples, consoantes complexas, e assim por diante, depois são juntadas as sílabas, são formadas palavras, pequenas frases, até se chegar aos textos (nesse modelo, os textos não possuem sentido e relação com a vida das crianças).

Miller e Mello (2008) destacam que esse processo no qual a escrita é trabalhada cada vez mais cedo, por meio de treino e memorização, pode acarretar consequências negativas para a formação das crianças; afinal, elas irão acumular experiências de fracasso e de cansaço em relação à escola e à escrita. Assim,

“[...] as crianças deixam de formar as bases necessárias para a aprendizagem da escrita, a função simbólica, que se forma no desenho, na pintura, na modelagem; o controle da vontade e da conduta favorecido pelo jogo de faz-de-conta; a necessidade de expressão que se forma com a vivência em atividades que tenham sentido e significado para as crianças, como o canto, a dança, entre outras”. (Miller; Mello, 2008, p. 2)

Já na perspectiva aqui defendida, as crianças desde a mais tenra idade devem vivenciar práticas vivas de linguagem. Ou seja, desde bebês devem experienciar situações com narrativas, livros, acesso a bibliotecas, entre outras.

A professora será, então, uma “mediadora de leitura”, como afirma Bajard (2007); por essas mediações as crianças se beneficiarão de um duplo acesso à narrativa, afinal, o mediador propicia uma abordagem não apenas sonora, mas também gráfica. Assim as crianças, no desenvolvimento da linguagem, poderão ampliar o repertório linguístico, mas também iniciarão o processo de compreensão de como a linguagem escrita se organiza.

Nesse sentido, reconhecemos a importância das instituições educativas nesse processo de acesso ao patrimônio acumulado historicamente. Em um país com tantas desigualdades sociais, é por meio delas que as crianças terão acesso à riqueza produzida nos campos artísticos, científicos, filosóficos, entre outros.

Pensar a alfabetização ultrapassa, assim, a questão inicial desse texto; não devemos nos limitar a pensar que possuímos o poder de determinar o período em que ela deva ocorrer na vida das crianças.

Mas devemos partir da máxima construída por Galvão (2021) em que a alfabetização representa o compromisso com a classe trabalhadora. Ela é uma ferramenta que possibilita a compreensão do real e

a apreensão do conhecimento de forma crítica para a superação da ordem capitalista, sistema este que aliena, oprime e desumaniza.

O processo de alfabetização deve se contrapor a esse modelo, ou seja, deve partir da vida das crianças. Devemos ouvi-las e conhecer os seus interesses. O diálogo entre professora e crianças é necessário, pois é por meio dele que poderemos propor atividades que as mobilizem para a apropriação da escrita.

Retomando as origens dos nossos Boletins, defendemos uma alfabetização humanizadora na qual a criança aprenda a ouvir, a falar e a compreender e ser compreendida. A escrita será um importante instrumento cultural que lhe possibilitará compreender o outro, mas também a dizer a sua própria palavra.

Referência:

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia de linguagem*. São Paulo: Hucitec Editora, 2004.

BAJARD, Élie. *Da escuta de textos à leitura*. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção Questões da nossa época.

GALVÃO, Ana Carolina. Prefácio. In: FRANCO, Adriana de Fátima; MARTINS, Lígia Márcia. *Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA)*. [recurso digital]. Goiânia: Phillos Academy, 2021. p.11-14.

MELLO, Suely Amaral. Letramento e alfabetização na Educação Infantil, ou melhor, formação de atitude leitora e produtora de textos nas crianças pequenas. In: VAZ, Alexandre Fernandez; MOMM, Caroline Machado (Org.). *Educação Infantil e Sociedade: questões contemporâneas*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

MILLER, Stela Miller; MELLO, Suely Amaral. *O desenvolvimento da linguagem oral e escrita em crianças de 0 a 5 anos*. Curitiba: Pro-Infantil, 2008.

EU FAÇO ASSIM

BIBLIOTECA ESCOLAR: VIVÊNCIAS DE BEBÊS E CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria

Sou professora efetiva na EMEI Zacarias Pereira da Silva, que atende bebês e crianças de até 3 anos, na rede pública municipal de ensino de Uberlândia – MG. No ano de 2016, assumi a organização do trabalho na biblioteca, mesmo sabendo que seria um desafio, afinal, ainda permeia entre os familiares das crianças e profissionais da educação, a concepção de que a leitura literária só pode ser proporcionada à criança quando ela estiver alfabetizada.

São raras as escolas de Educação Infantil que possuem um espaço destinado à biblioteca; desta forma, ter esse local na escola já era uma novidade na rede municipal, mesmo que se assemelhasse a um cômodo para guardar livros e brinquedos, como podemos vislumbrar na imagem abaixo.



Fonte: Acervo da autora.

Paredes foram pintadas, brinquedos foram retirados e distribuídos entre as salas de aulas, estantes foram montadas e os livros organizados de forma acessível para todos/as.



Fonte: Acervo da autora.

Até então, a biblioteca era usada para empréstimos de livros semanais, escolhidos pelos profissionais, as tão utilizadas “maletas viajantes” ou “sacolas literárias”. Para registro da leitura, as famílias deviam preencher uma ficha com informações sobre a obra. Era necessário, então, ressignificar essas práticas. Os primeiros passos dados foram no sentido de reorganização do espaço. Para que os bebês e crianças pudessem frequentá-lo era necessário que fosse convidativo.



Fonte: Acervo da autora.

Foi necessário, também, uma organização do acervo de obras literárias. Iniciei, então, o registro de cada livro utilizando o Programa Biblioteca Livre (BIBLIVRE), disponível gratuitamente para qualquer pessoa interessada. Por meio dele, foi possível informatizar todo o acervo de livros da escola. Além disso, ele também possibilitou a emissão de carteirinha para os bebês e para as crianças.

Após organização espacial e do acervo, construí propostas de trabalho que valorizassem

as experiências das crianças e contribuíssem para seu desenvolvimento. É interessante pensar que, mesmo sendo tão pequenas, elas teriam acesso a uma biblioteca com direito à escolha do livro e carteirinhas.

Os bebês e as crianças aguardam com entusiasmo os momentos de frequentá-la e realizar o empréstimo de livros, utilizando suas carteirinhas. É notável a alegria ao reconhecerem sua imagem no documento e o ensejo de poder realizar suas escolhas literárias, tendo suas preferências respeitadas e valorizadas. Outro momento vivenciado pelos bebês e crianças são os momentos de proferição de textos e contação de histórias.

Fui construindo caminhos, mas ainda existiam lacunas. Em 2019, ingressei no mestrado acadêmico e estudei assuntos atinentes à pesquisa e ao trabalho na biblioteca, construindo caminhos que perpassam a teoria e a prática. Dentre os estudos realizados, a Psicologia Histórico-Cultural me ajudou na organização de propostas para o espaço-tempo na biblioteca.

Atualmente, os bebês e as crianças vivenciam diferentes momentos com a literatura: leitura livre, empréstimo semanal de livros, proferição e contação de histórias.

Durante a leitura livre, as crianças escolhem os textos que gostariam de ler, tais como: livros literários, revistas e gibis. Elas se divertem lendo para os colegas e para adultos.



Fonte: Acervo da autora.

Os momentos de proferição e contações de histórias são planejados por mim, mas contam com a participação das crianças. Elas utilizam fantoches, livros e outros recursos para criarem suas próprias narrativas, inserem elementos do seu cotidiano e brincam com as histórias. Os livros são selecionados a partir das suas preferências ou são obras inéditas para ampliar seu repertório cultural. As possibilidades de interações e diálogos

são muitas, porque elas também contam e brincam com histórias, criam diferentes desfechos sobre as narrativas.



Fonte: Acervo da autora.

As vivências apresentadas são algumas possibilidades para que as crianças tenham acesso à literatura, possam expressar-se e se desenvolver a partir do que ela desperta. Precisamos lutar pelos espaços destinados às bibliotecas escolares desde a Educação Infantil, com acervo de qualidade e profissionais que garantam esse direito aos pequenos.

Sugestão de Leitura:

FARIA, Jozaene Maximiano Figueira Alves. *“O livro me escolheu!”: vivências de leituras com crianças de uma escola municipal de educação infantil*. 2021. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32530>. Acesso em: 06 mar. 2023.

CONVITE À LEITURA

Costa, Y. K. M; Modesto-Silva, K. A. A. *Formação de atitudes leitoras nos três primeiros anos de vida: possibilidade e influências*. In: SILVA, José R. e outros (Org.) *Educação de bebês: cuidar e educar para o desenvolvimento humano*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2018. p. 211-248.

Costa e Modesto-Silva (2018) comentam a formação de atitudes leitoras nos três primeiros anos de vida e a prática de oferecimento de livros que colabore para a criação de necessidade, na criança pequena, de lidar com o objeto-livro e para desenvolver atitudes de leitora.

As autoras destacam que, em diferentes ocasiões do cotidiano escolar, devemos espalhar livros nos lugares onde estejam as crianças, os chamados livros-brinquedo, em suas diferentes materialidades: pano, papel, plástico, interativo, ilustrado, de imagem, entre outros. A interação da criança com o livro-brinquedo torna-se um convite à descoberta, ao prazer e à interação humana.

As autoras alertam que não basta, aos professores e professoras da escola da pequena infância, dispor os livros para os pequeninos manusearem, porque é preciso vivenciar momentos de leitura com eles, para que, aos poucos, entendam o ato humano da leitura por meio das atitudes do leitor na relação com as outras crianças, em suas práticas sociais.

Costa e Modesto-Silva defendem o pressuposto de que o acesso ao livro desde a mais tenra idade seja um direito dos pequenos, uma vez que, no contexto das relações sociais, ele é um objeto da cultura construído historicamente por uma coletividade. Por isso, entendemos que, como objeto cultural, o livro, assim como os brinquedos, são fonte de desenvolvimento da inteligência e da personalidade dos pequeninos e devem fazer parte de suas vivências dentro e fora da escola da pequena infância.

DIÁLOGO COM LEITORES

Relato de avó

Por Lúcia Helena Borges Oliveira

Sou mãe de três filhos e avó do Rui e da Elis. Gostar de ler sempre me ajudou no meu trabalho e, agora, no dia a dia com os meus netos, eu pratico com eles as práticas de leitura. O Rui, ainda muito pequeno, já tinha livros de banho, livros de texturas diferentes e de diversas formas.

Com a Elis, não foi diferente. Com apenas um ano e nove meses, já gosta de ver as imagens coloridas nos livros de literatura e se encanta com as paisagens e os personagens.

Consciente de que as experiências que a criança vive em casa são determinantes para o seu desenvolvimento, procuro incentivar também as práticas de leitura em família para fortalecer os laços de afeto. Dar livros de presentes e indicar títulos para leitura são práticas constantes por aqui, afinal, a criança vai repetir lá fora, o que vivencia em casa.

Quando estamos juntinhos no sofá e a casa silencia, é muito gostoso ouvir o Rui dizer, “conta de novo, conta de novo, vovó”. Dessa forma, vamos alimentando os sonhos, tecendo a imaginação e encorajando o Rui e a Elis a desbravarem o mundo com mais leveza, com mais alegria e contentamento.

LITERATURA NA RODA

Academia dos abraços. Claire Freedman e Gavin Scott contam a história de um ursinho muito carinhoso que nos ensina a abraçar e a entender esse gesto como ato cultural de afeto.

